



As palavras têm poder, no formato que for. Cautela!

Viviane Gago (*)

Don Miguel Ruiz em seu livro 'Os quatro compromissos', "diz que a palavra tem imenso poder e não deve ser usada de modo leviano. Ela não é apenas um som ou um símbolo escrito. A palavra é força, é a mais poderosa ferramenta que possuímos como seres humanos"

Apesar de todos os atributos que nos foram dados, nossa espécie é falha e se desenvolve muito lentamente.

Portanto a palavra, uma potência e um dos grandes atributos que possuímos pode ser magnífica e pode ser destruição. As palavras podem criar prosa, contos, romances, poemas, músicas, discursos e de várias maneiras e em inúmeros formatos, garantindo resultados belíssimos. Entretanto, o mau uso da palavra pode ser devastador. Haja vista que por muitos meios, a opinião das pessoas é manipulada.

Alguns devem ter ouvido e/ou conhecer a janela de Overton, ou janela do Discurso, nome dado por seu criador Joseph P. Overton, ex-vice-presidente do Centro de Políticas Públicas de Mackinac, Michigan (EUA). Segundo ele, diversos atores sociais podem escolher não apenas o que as pessoas pensam, mas também como elas pensam. Esse estudo demonstra ainda o que a sociedade considera aceitável ou não em dado momento.

É claro que esse cenário não é estático. É possível mudar a aceitação das pessoas. É possível manipular a opinião pública. Para isto acontecer as pessoas precisam ser convencidas de novas ideias, ou pelo menos persuadidas a pensarem contra o que normalmente era aceito. As mudanças na opinião das pessoas podem ser alteradas de inaceitável para verossímil (talvez pense nisso), neutralidade e progredir para aceitável. Ou vice-versa, levando as pessoas à aprovação ou desaprovação de algo.

Um bom exemplo para ilustrar é o da não aceitação da escravidão, que demorou muitos anos até a promulgação da Lei Áurea. A mudança aconteceu gradual e lentamente. Vale refletir sobre a importância dos protagonistas sociais que influenciam com suas palavras muitos na sociedade e que devem ter responsabilidade com isso.

Os principais deles são: políticos, jornalistas, assessores de imprensa, institutos de pesquisas, relações públicas, agências de lobby, influenciadores, professores, youtubers, instagramers etc. E são as gerações mais jovens que estão muito abertas aos meios digitais, que contém uma infinidade de informações nem sempre boas e confiáveis, as mais vulneráveis e os alvos fáceis.

Por isso, a importância das famílias bem estruturadas e informadas para minimizar o efeito "manada". Lembrando

que o efeito manada/rebanho é a tendência de seguir outras pessoas em qualquer tipo de decisão, das pequenas do dia a dia até questões de maior relevância. Isso faz com que as pessoas se comportem de forma semelhante a todos os outros ao seu redor, deixando de lado a decisão individual, a introspecção, o pensar individual mais crítico.

Ideias negativas deixam de ser. Começa-se a ver como respeitável o que antes não era. A ideia se torna sensata. O nazismo é um exemplo extremo desta triste realidade. Há também o grande perigo da manipulação invisível. As ideias são apresentadas como se já tivessem a aceitação da sociedade, quando isto é apenas uma roupagem para que, criando a sensação de popularidade, as pessoas não se coloquem contrárias.

Acredito que muitos tenham assistido ao documentário de Jeff Orlowski, "Dilema das Redes" (Netflix), cujo o foco foi nos dar material para refletirmos como o uso dos dados de usuários na rede sociais pode ser perigoso. Isso pode afetar significativamente o comportamento das pessoas, além da privacidade e da vida das pessoas que são expostas.

Aqui levanta-se claramente o aspecto da capacidade ilimitada das empresas do mundo digital manipularem o cérebro dos usuários. Neste contexto, o que dizer das famosas "notícias falsas, notícias fabricadas" ou em inglês das "fake news"? Criadas deliberadamente com o objetivo de enganar e confundir. Por terem grande apelo emocional, elas são aceitas, consumidas e replicadas por muitas pessoas.

Em outras palavras, são mentiras apresentadas de forma a parecer notícias verdadeiras e quanto mais apelativas e chocantes melhor. Uma tristeza em meio a quantidade de mecanismos distorcidos e usadas intencionalmente para manipular pessoas. Por fim, comento também sobre as "meias-verdades", "é a hipocrisia do argumento, um atalho para obtenção de resultados convenientes, um passaporte seguro para bons antecedentes, uma carta de recomendação para manipulação dos fatos.

O articulador da meia verdade é mais covarde que o mentiroso: ele não mente, ele fala a verdade quanto ao que não importa muito para esconder a mentira sobre aquilo que é fundamental. Com isso cria-se uma cortina de fumaça sobre tudo quanto efetivamente merece atenção e se resguarda da obrigatoriedade de explicar sua indignidade". Essa explicação foi extraída do livro "Olhares para os sistemas".

Finalizo esse texto com tristeza e mencionando firmemente a palavra CAUTELA! Nem os aparentemente instruídos estão imunes de caírem nessas armadilhas.

(*) - Advogada e consteladora pelo IPQ/USP com parceria do Instituto Evoluir e ProSer e facilitadora pela Viviane Gago Desenvolvimento Humano. (<https://www.vivianegago.com/>).

Inteligência Artificial está revolucionando as instituições financeiras

A inteligência artificial (IA) tem ganhado cada vez mais espaço no setor financeiro, além de ter se tornado uma ferramenta primordial nas operações das empresas

Marcelo Modesto (*)

Ao longo dos últimos anos, a solução tecnológica evoluiu exponencialmente, permitindo que as instituições financeiras aprimorassem a automação de processos, aumentassem a segurança nas transações e melhorassem a experiência dos clientes. Desde o uso inicial em sistemas de detecção de fraudes até soluções avançadas de análise de dados, a IA está redefinindo a maneira como o mercado financeiro opera, trazendo agilidade e inovação para o setor.

Para se ter uma ideia de como a tecnologia está inovando o setor, de acordo com dados da IBM Institute for Business Value (IBV), 86% das instituições financeiras de todo o mundo estão desenvolvendo ou se preparando para utilizar IA Generativa. Além disso, um estudo recente revelou que, em bancos da América Latina, cerca de 31% dos colaboradores utilizam IA para focar no engajamento com os clientes, enquanto 25% aplicam a tecnologia em operações de risco e segurança.

Outros 25% a empregam em áreas como marketing, recursos humanos e operações de compras, e 19% utilizam IA para o desenvolvimento da área de TI. Esses dados mostram como a IA está sendo integrada de maneira estratégica em diversas frentes, reforçando seu papel cada vez mais crucial nas instituições financeiras. No entanto, os benefícios não se restringem apenas à otimização de processos.

A ferramenta também está proporcionando uma nova era



Jfreak_CANVA

de personalização no atendimento, permitindo que bancos e outras instituições financeiras ofereçam soluções sob medida para cada cliente. Isso inclui desde recomendações personalizadas de investimentos até a criação de produtos financeiros adaptados ao perfil e histórico de cada consumidor.

Tecnologias como chatbots avançados e assistentes virtuais já estão transformando o atendimento ao cliente, tornando-o mais rápido e acessível, ao mesmo tempo em que permitem que colaboradores se concentrem em atividades mais complexas e estratégicas. Esse movimento amplia a capacidade de resposta das empresas e aumenta a satisfação dos usuários, que agora podem contar com serviços disponíveis 24/7.

Para se ter uma ideia do crescimento, de acordo com a Pesquisa Febraban de Tecnologia Bancária 2024, realizada pela Deloitte, cerca de 71% dos bancos utilizam chatbot e 54% IA Generativa. A evolução desses métodos passa muito também por uma boa estruturação dos dados. Nesse contexto, é de

extrema importância atualizar frequentemente as informações utilizadas pela ferramenta.

Isso porque, ao usar informações desatualizadas, imprecisas, ou duplicadas, a ferramenta pode funcionar de maneira menos eficiente e ocasionar alguma falha. Apesar dos avanços, o uso da IA nas instituições financeiras também levanta questões sobre segurança e privacidade. Com o aumento da digitalização, o volume de dados pessoais e financeiros circulando em plataformas digitais é cada vez maior, o que exige uma atenção redobrada às políticas de proteção de dados.

Regulamentações como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no Brasil e o GDPR na Europa são fundamentais para garantir que as informações dos clientes estejam protegidas e que as instituições operem dentro de limites éticos. Nesse sentido, um dos maiores desafios para o setor será conciliar inovação com conformidade legal.

Outro fator é a regulação do uso de inteligência artificial no setor financeiro. À medida que a tecnologia avança, é necessá-

rio que os órgãos reguladores acompanhem essa evolução e estabeleçam diretrizes claras para o seu uso. A falta de uma estrutura regulatória adequada pode limitar o potencial da IA e criar riscos para o sistema financeiro.

Com isso, um debate constante sobre ética, segurança e impactos no emprego é fundamental para garantir que os avanços tecnológicos sejam usados de maneira responsável. Olhar para o futuro abre um leque de possibilidades interessantes. Tecnologias que oferecem consultoria financeira automatizada, já são uma realidade, mas devem se tornar ainda mais sofisticadas e acessíveis com o avanço da inteligência artificial.

Além disso, a utilização de algoritmos de machine learning pode permitir a previsão de tendências econômicas com mais precisão, facilitando a tomada de decisões de investimento e gestão de riscos. A evolução da IA no setor financeiro está apenas começando, mas seus efeitos já são visíveis em muitas áreas, desde a melhoria na eficiência operacional até a transformação da experiência do cliente.

Embora desafios como a proteção de dados e a regulação da tecnologia precisem ser superados, o futuro aponta para um mercado cada vez mais digital, personalizado e dinâmico. A IA não só redefine as operações financeiras como também abre caminho para inovações que irão moldar o futuro das instituições, tornando-as mais ágeis, seguras e centradas no cliente.

(*) - É CEO e fundador da Avivatec (<https://www.avivatec.com.br/>).

A tributação da renda e o debate a partir do reajuste da tabela do IRPF

Ilmara Oliveira (*)

O governo federal tem dado sinais claros de que pretende revisar a tabela do Imposto de Renda, com foco em ajustar a faixa de isenção e corrigir distorções existentes. De acordo com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, uma nova correção será realizada ainda este ano, buscando aprimorar o sistema de tributação para que se torne mais justo e equitativo.

É uma iniciativa que estaria voltada à correção das desigualdades fiscais no país, que há tempos prejudicam contribuintes de diferentes faixas de renda.

Contudo, vale lembrar que, no ano passado, o governo já ampliou a faixa de isenção do Imposto de Renda para incluir trabalhadores que recebiam até dois salários mínimos. Houve de fato um alívio fiscal a uma parcela significativa da população.

No entanto, com o recente aumento do salário mínimo em 2024, trabalhadores que antes estavam isentos voltaram a ser tributados, já que a tabela do IRPF não acompanhou o reajuste salarial. Aqui chegamos à necessidade de uma nova revisão, especialmente para evitar que pessoas com rendimentos baixos sejam penalizadas.

A correção da tabela do Imposto de Renda visa implementar um sistema mais progressivo, onde a carga tributária seja proporcional à renda de cada contribuinte. Porém, mesmo com as alterações já feitas, ainda há uma crítica importante em relação ao princípio da capacidade contributiva, que é um dos pilares de um sistema tributário justo. O problema central está nas alíquotas desproporcionais aplicadas às diferentes faixas de renda.

Um exemplo clássico é o fato de que um contribuinte que ganha pouco mais de R\$ 4.664,68 está sujeito à alíquota máxima de 27,5%, a mesma taxa aplicada a quem ganha 20 vezes mais. Essa falta de progressividade efetiva gera um impacto negativo, sobretudo para as classes médias, que acabam arcando com uma carga tributária desproporcional em comparação aos contribuintes de alta renda.

É necessário destacar que a carga tributária brasileira é amplamente reconhecida como regressiva, ou seja, pesa mais sobre os que ganham menos. Mesmo após as mudanças na tabela do IRPF, o benefício real da diminuição da carga tributária se concentrou nos trabalhadores de renda mais baixa, enquanto a classe média e os contribuintes de maior poder aquisitivo continuam a pagar percentuais elevados, sem a devida compensação em relação à sua capacidade econômica.

A manutenção de alíquotas altas para rendas médias e altas, sem um ajuste adequado nas faixas de contribuição, é uma falha que impede que o sistema de tributação cumpra seu papel de redistribuir riqueza de forma justa. Além disso, outro ponto é que a defasagem na tabela do Imposto de Renda é um problema recorrente no Brasil.

Há anos, a tabela não é corrigida de forma adequada para acompanhar a inflação e o aumento do custo de vida, o que acaba por tributar de maneira injusta aqueles que deveriam estar isentos ou que deveriam contribuir de forma mais proporcional à sua renda. Até quando isto irá se manter? Essa falta de ajuste faz com que a tributação no Brasil seja, em muitos casos, percebida como uma penalização injusta para os

contribuintes de um modo geral.

A busca por um sistema tributário mais justo passa não apenas pela correção da tabela do IRPF, mas também por uma reforma tributária mais ampla, que leve em consideração a necessidade de redistribuição de renda e o fortalecimento do princípio da progressividade. Após concluída a regulamentação da reforma sobre o consumo de bens e serviços, um próximo debate pode recair sobre a renda.

Em um sistema verdadeiramente progressivo, quem ganha mais deve pagar proporcionalmente mais, algo que, atualmente, não se observa de forma satisfatória na tributação sobre a renda no Brasil. Entretanto, este deve ser o real objetivo e não apenas um meio de elevar a arrecadação sem que haja tanta necessidade de haver controle das contas públicas.

Uma disposição para solucionar questões judiciais não pode deixar de lado uma disposição menor com relação à responsabilidade fiscal. A expectativa para os próximos meses é de que o governo avance ao menos com essas correções na tabela do Imposto de Renda, buscando alinhar a tributação à capacidade econômica dos contribuintes.

No entanto, para que isso realmente aconteça, é essencial que o debate sobre a justiça fiscal continue a ser uma prioridade, e que as mudanças propostas sejam abrangentes o suficiente para corrigir as distorções históricas que penalizam grande parte dos contribuintes no país que tanto contribuem para o crescimento da economia todos os dias.

(*) - É advogada tributarista e mestre em Direito Tributário pela Universidade Católica de Brasília.